

Bancos privados estão fora do acordo

VERA BRANDIMARTE

Os bancos privados não estão participando do acordo de financiamento ao governo brasileiro que vem sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e organismos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Reconstrução Europeu.

O que houve até agora, afirma o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, consultor sênior da Merrill Lynch, foi uma iniciativa do Banco Mundial que, em reunião com os executivos dos grandes bancos internacionais, fez uma consulta sobre o interesse do mercado em fi-

nanciar o Brasil com garantias do Banco Mundial para o pagamento dos juros e prestações. "Seria uma garantia parcial, para um período de dois anos, o suficiente para fazer uma ponte até o momento em que o governo ou empresas brasileiras pudessem ter acesso novamente ao mercado internacional", diz.

Segundo Marcílio, houve dúvidas dos bancos e dos tomadores sobre a proposta, principalmente porque havia o risco de que, aberto esse precedente, os compradores em todas as futuras emissões de papéis brasileiros passariam a exigir essa garantia do Bird. A proposta, diz ele, não foi descartada, mas também não era para implementação imediata.

As informações desencontradas sobre as pressões do FMI, do Tesouro americano e Banco Mundial para uma participação mais efetiva dos bancos privados acabou provocando tal confusão que até o momento o Brasil, em vez de ganhar mais recursos, só fez perder linhas de financiamento na banca privada, afirma o presidente do Citigroup no Brasil, Alcides de Souza Amaral.

Maior credor do governo brasileiro nas moratórias dos anos 80, o Citi garante que não existe pacote de ajuda dos bancos privados a governo. "Desde a década de 80, o sistema financeiro não empresta mais dinheiro para governo. Este dinheiro novo sobre o qual está se falando é dos organismos internacionais. Qual o papel do setor

privado aí? Nenhum", garante. "Na década de 80, tivemos que sentar à mesa e negociar porque éramos credores do país, dos governos. De lá para cá, os bancos viraram intermediários. Hoje não temos um tostão emprestado para o governo e mesmo os *bonds* da República que foram lançados não estão com os bancos, foram vendidos para os investidores internacionais."

O papel do setor privado, diz Alcides Amaral, é continuar dando as linhas comerciais para o Brasil manter exportações e importações. E é aí que está o problema. O Brasil está perdendo essas linhas de comércio exterior e perdendo reservas desnecessariamente. "Isso não faz sentido, diz o presidente do Citi, porque esse tipo de linha é um

risco totalmente gerenciado e o Brasil, mesmo na década de 80, quando chegou a ter reservas cambiais negativas, jamais deixou de honrar os financiamentos de comércio exterior. "Jamais deixou de pagar juros, não deu calote, não reestruturou essa dívida, não teve nada, ninguém perdeu dinheiro."

Os bancos no Primeiro Mundo de maneira geral estão buscando reduzir ao máximo sua exposição com países emergentes, não só porque, em função da crise, enfrentam forte redução da liquidez mas também porque ao tomar essa iniciativa passam uma imagem de melhor saúde financeira para seus acionistas. Para o ex-ministro Marcílio Moreira, o principal motivo da redução para pelo me-

nos 70% das linhas de financiamento a bancos brasileiros no momento de sua renovação é mesmo o quadro de enxugamento geral de liquidez.

Mas, na opinião de Alcides Amaral, as linhas estão caindo principalmente em reação aos comentários de que o sistema financeiro terá que entrar no pacote de ajuda ao Brasil. "O banco fica assustado e diz: vou tirar o dinheiro agora porque, quando tiver que participar, minha base estará menor. Na hora em que cortamos uma linha comercial, estamos tirando fôlego de nosso cliente, pessoa física ou jurídica, que está deixando de exportar ou importar. Ou seja, estamos dando um tiro no próprio pé porque estamos matando o cliente, e banco vive de cliente".